



Catálogo de Exposições Permanentes



PREFEITURA DE  
**HORTOLÂNDIA**  
JUNTOS AVANÇAMOS

SECRETARIA DE CULTURA



## **EXPEDIENTE**

*Prefeito Municipal*  
**Antonio Meira**

*Vice-Prefeita*  
**Renata Belufe**

*Secretário Municipal de Cultura*  
**Glauco A. G. da Costa**

*Diretora de Cultura*  
**Patrícia Banhara**

*Gerente Administrativo*  
**Marcos José Moreno**

*Gerente de Cultura e Cidadania*  
**Alexandre Markoff**

*Vídeos*  
**Patrícia Banhara,**  
**Anderson Zotesso**  
**Ednaldo Carlos Rodrigues**



**CENTRO DE MEMÓRIA  
DE HORTOLÂNDIA**

*Professor Leovigildo Duarte Júnior*

**ESTAÇÃO JACUBA**

## **FICHA TÉCNICA**

*Curadoria*

**Ana Lúcia da Silva**  
**Ana Paula Mesquita Caetano**  
**Gustavo Esteves Lopes**  
**Paulo Eduardo Germano**  
**Tatiane Condotta**

*Projeto, Pesquisa e Textos*  
**Gustavo Esteves Lopes**

*Produção Expográfica*  
**Gustavo Esteves Lopes**  
**Paulo Eduardo Germano**

*Edição e Editoração de Catálogo*  
**Fabiana Panício**  
**Gabriel Oliveira**  
**Gustavo Esteves Lopes**

*Montagem*  
**Arlênio Matias Carolino**  
**José Roberto Demétrio Pinto**  
**João Barbosa Ribeiro**  
**José Carlos Vieira Pinto**  
**Reginaldo Macedo**

*Transporte e Logística*  
**Adilson Nascimento de Carvalho**  
**Airton Aparecido Lúcio**  
**Donizeti Aparecido Ferreira Leite**  
**Ednaldo Carlos Rodrigues**

*Montagem*  
**Paulo Eduardo Germano**



## Sumário

Apresentação.....	05
Sobre o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”.....	06
Professor Leovigildo Duarte Junior – Suma Biográfica de Nosso Patrono .....	07
Histórico Político-Administrativo e Sociocultural do Município de Hortolândia .....	11
“Estação Jacuba”: Patrimônio Cultural Municipal de Hortolândia .....	25
O Pirãozinho “Jacuba”: Tradicional Prato Típico Caipira e Brasileiro, e suas relações com Hortolândia e sua Gente .....	29
Exposições Permanentes e outros Equipamentos .....	32
Sugestões de Sites de Consulta a Catálogos e Acervos Digitalizados.....	34
Referências Bibliográficas .....	35

## Apresentação

A publicação deste catálogo resulta da necessidade de documentar e de promover as produções expográficas do Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”, órgão público municipal que tem como sua sede museal a “Estação Jacuba” – Patrimônio Cultural tombado pelo Município de Hortolândia, e que recebeu reforma/restauro para novas atribuições museais e socioculturais. A partir dos textos e imagens ora reunidos, pretende-se levar ao público visitante um variado conjunto de dados e informações documentadas, que suscite a geração do conhecimento histórico sobre diversos momentos nos quais se pode evidenciar: a formação de incipiente povoamento tipicamente “caipira”, posteriormente transformado por processos migratórios, e que delineiam as atuais características de comunidades locais; o plural e dinâmico desenvolvimento socioeconômico ocorrido à localidade, principalmente desde os anos 1970; a evolução político-administrativa que fez de antigos bairros rurais como Terra Preta e Jacuba, dentre outros, tornarem-se o território e a população do atual Município de Hortolândia; e, sobremaneira, o andamento afirmativo de construções identitárias e socioculturais gestadas no seio de comunidades locais, e que, por assim dizer, fazem jus ao Lema apregoado em nossos Símbolos Oficiais: “Construindo uma Vida Melhor!”.

Dentro da estrutura que oferece o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”, em sua sede museal, encontram-se instaladas exposições cujo principal objeto, comum a todas, é o revelar historicamente “Hortolândia e sua Gente”. Por meio

de temáticas ferroviárias (que remetem com maior ênfase à própria “Estação Jacuba”), de fontes hemerotecárias (isto é, uma seleção de periódicos antigos e recentes, ora reunidos em exposição temporária à Sala Multiuso), de produções memorialistas (empregando relatos de histórias de vida e objetos biográficos pertencentes a comunidades locais), além de aportes com dados e informações institucionais que identificam os sucessivos gestores e legisladores desta recente municipalidade, faz-se o convite ao público visitante se adentrar em searas do passado e do presente que marcam profundamente as múltiplas trajetórias de “Hortolândia e sua Gente” – segundo aspectos socioculturais, econômicos e político-administrativos que as constituem historicamente.

No sentido de estimular o exercício do “direito à cultura”, vale dizer que o público visitante – com a reabertura do “Centro de Memória” e da “Estação Jacuba”, e com a produção de exposições museais variadas – tem agora à sua disposição equipamentos que somente adquirirão valor de pertencimento às comunidades locais, em vista de sua finalidade, se ocorrer ativa participação das mesmas na fiscalização e proposição de mais atividades socioculturais junto ao órgão público. Considere-se uma conquista para “Hortolândia e sua Gente” a reabertura desses novos equipamentos. Usufrua e participe deste “novo tempo” para o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” e para a “Estação Jacuba”. Faça parte desta História!

**Prefeitura Municipal de Hortolândia**  
Secretaria de Educação

Outubro de 2014



## Sobre o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”

O Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” é órgão público criado pela Lei Municipal nº 225/1994, e que recebeu seu patronímico a partir da Lei Municipal nº 2.793/2013, em homenagem ao seu idealizador e fundador. De acordo com a Lei Municipal de sua criação, este órgão público tem as atribuições de “assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos dos Poderes Executivo e Legislativo (...)”; “harmonizar as diversas fases da gestão de documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores e acumuladores da documentação”; e “facilitar e democratizar ao público em geral o acesso ao patrimônio arquivístico do Município de Hortolândia”. Após anos em processo de estruturação administrativa e de constituição de diversificado acervo de valor histórico, o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”, atualmente, não somente realiza sua missão originária acima descrita, como também se propõe a desenvolver projetos, estudos e pesquisas que resultem em produções socioculturais, historiográficas e museais, amplas e interdisciplinares, preocupando-se com a localidade sempre a partir dos contextos regional e nacional nos quais esta se insere.

Desde 2014, o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” conta com uma Sede Administrativa, na qual também se encontra o Arquivo Histórico; e outra Sede Museal, a “Estação Jacuba”, Patrimônio Cultural Municipal tombado mediante o Decreto Municipal nº 1.150/2003, cuja edificação e entorno receberam recentemente restauro/reforma para esta finalidade. O Acervo do Arquivo Histórico é constituído, basicamente, por um fundo público que reúne Coleções de Clippings,

Fotografias e Documentos Audiovisuais, produzidos ao longo das sucessivas gestões municipais de Hortolândia; além da coleção particular “Leovigildo Duarte Junior”, que reúne livros, discos, anotações, dentre outros documentos que lhe eram pertencentes, legados ao órgão público municipal. No presente momento, o Acervo do Arquivo Histórico vem recebendo processamento técnico de higienização, identificação e catalogação, com vistas à sua integral digitalização e disponibilização online de toda esta documentação ora reunida. As coleções dispostas à Sede Museal, por sua vez, são constituídas de peças, imagens e produções expográficas de valor histórico e sociocultural para as comunidades locais e regionais (e que colaboraram com a doação e/ou empréstimo de pertences pessoais e familiares), como também para a Prefeitura Municipal de Hortolândia, que hoje preserva e faz a gestão deste Patrimônio Cultural Municipal e entorno.

A equipe gestora faz público o convite às comunidades locais/regionais visitarem, participarem, interagirem, e consultarem o Acervo Histórico e as Exposições do Centro de Memória de Hortolândia “Leovigildo Duarte Junior”. O Arquivo Histórico e a “Estação Jacuba” somente receberão maior incremento – em termos de aquisição documental e de produção historiográfica, museal e sociocultural –, se contarmos com seu apoio. Bem vindos, e estamos à disposição.

**A Equipe do Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”**



## Professor Leovigildo Duarte Junior

### Suma Biográfica de Nosso Patrono

#### Dados Biográficos

Neto de Sebastião Carlos Duarte, Joanna de Barros Duarte, Valencio Álvares Leite e Cecília Leite de Godoy; filho de Leovigildo Duarte e de Jandyra Álvares Duarte. Segundo dentre sete irmãs (duas das quais já falecidas), e um irmão, Leovigildo Duarte Junior nasceu em Araras, Estado de São Paulo, em 16 de Março de 1941. Casou-se por três vezes: com Leocyl Sofia Borelli, com quem teve duas filhas, Érica Borelli Duarte e Tatiana Borelli Duarte; com Terezinha França de Mendonça Duarte, falecida em 10 de julho de 1994, e com a qual teve dois filhos, Luiz Antonio Mendonça Duarte e Leovigildo Duarte Neto; e com Maria Augusta França de Campos Duarte, sua cónjuge até o fim da vida. Leovigildo faleceu em Campinas, a 16 de Maio de 2009, no Hospital e Maternidade “Celso Pier-



Leovigildo, seus Pais e suas irmãs em sua formatura

ro”. Foi sepultado no Cemitério da Saudade, em Sumaré, Estado de São Paulo. Era carinhosamente apelidado como “Professor Leo”. Paixões maiores, os filhos, o estudo e o ensino. Seu lazer, acampar.

#### Vivência Escolar e Acadêmica

Deu início a seus estudos no Seminário Menor “São Carlos Borromeu”, em Sorocaba, Estado de São Paulo, em 1952; sendo transferido para a Escola Estadual e Colégio Normal “Dr. Cesário Coimbra, em sua terra natal, Araras, para concluir o 1º ano do Curso Primário, a finais de 1953. Nesta instituição, deu continuidade à vida colegial, concluída em janeiro de 1962, obtendo diploma para lecionar no Magistério Primário. Concomitante a seus estudos à Escola Normal, ingressou no Curso Técnico em Contabilidade, à extinta Escola Técnica de Comércio e Contabilidade, também em Araras, tendo o concluído em 1961. Ingresso no ensino superior, licenciou-se em Ciências Sociais, quando o cursou entre fevereiro de 1967 e janeiro de 1971, à antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Estado de São Paulo (FFCL-RC) – curso este extinto quando da incorporação da instituição de ensino à Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho (UNESP), em 1976.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), iniciou o Mestrado em História Econômica, sob orientação do Professor Doutor Emanuel Soares da Veiga Garcia, iniciado em 1º de Abril de 1974; contudo não o concluindo, mediante a solicitação de trancamento de matrícula efetuada em 27 de maio de 1975. Ainda assim, à mesma época, deu continuidade aos estudos e à capacitação intelectual/profissional; por exemplo, freqüentando, em 1975, o curso “Economia do Desenvolvimento”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ministrado pelo Professor Doutor Celso Monteiro Furtado, eminente economista e político brasileiro.

Após anos de militância intelectual e sociocultural, a partir do ensino e da política local em Sumaré e Região Metropolitana de Campinas – onde construiu sua vida familiar e profissional –, foi admitido, em 2001, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP (PPGHE-IE-UNICAMP), no nível de Mestrado, defendendo, em 2003, a dissertação intitulada “Sesmeiros e Posseiros na Formação Histórica e Econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas Origens ao Século XVIII”, sob orientação da Professora Doutora Lígia Maria Osório Silva.



## Atuação Profissional e Militância Política e Sociocultural

Deu início à carreira no Magistério Primário, à Rede Pública Estadual, em localidades do litoral norte paulista, atuando em Ubatuba (Praia de Pinguaba), ao longo de 1964, e em São Sebastião (Praia de Juqueí), entre 1965 e 1966. Servidor efetivo da Rede Estadual de Ensino, desde 1965, transferiu-se para Sumaré a início de 1967; de todo modo, afastando-se imediatamente, sem remuneração, para frequentar o curso de Ciências Sociais da extinta FFCL de Rio Claro-SP,



e reintegrado ao cargo após a obtenção do diploma, em janeiro de 1971, sendo-lhe permitido então lecionar no Magistério Secundário, assim como no Ensino Superior.

Foi servidor efetivo da Rede Estadual de Ensino até finais de 1976, quando foi exonerado a pedido. Durante este período, lecionou na Escola de Primeiro e Segundo Graus (atual Escola Estadual) "Professor André Rodrigues Alkmin", até inícios de 1976; assim como na E.E.P.S.G. (atual Escola Estadual) "Dom Jayme Barros Câmara", unidade de ensino para a qual foi transferido neste mesmo ano, e ali permanecendo até o final do ano letivo. Retornou à Rede Estadual de Ensino a inícios de 2006, quando lecionou nas Escolas Estaduais "Prof. Vito Carmine Cerbasi" e "Angelo Campo Dall'Orto" até finais de 2008.

Entre 1967 e 1992, à Rede Municipal de Ensino de Sumaré, dentro da qual fez longa e perene carreira, lecionou, respectivamente, nas seguintes unidades de ensino: Escola Municipal (antigo Colégio Comercial Municipal) "Dr. Leandro Franceschini", e Escola Normal Municipal "José de Anchieta". Tais atividades no Magistério Primário e Secundário em Sumaré ocorreram juntamente à sua atuação político-administrativa, como Diretor da Divisão/Departamento de Educação e Cultura do referido município, até se aposentar em 1º de junho de 1992.

No âmbito do ensino superior, lecionou como professor universitário no Instituto Salesiano Dom Bosco (atual UNISAL). Nesta insti-

tuição, ministrou, entre abril de 1974 e janeiro de 1988, a disciplina "Economia Brasileira", para o curso de Graduação em Administração de Empresas, do Instituto de Ciências Sociais de Americana, Estado de São Paulo. Neste ínterim, orientou diversos alunos com suas monografias e trabalhos de conclusão de curso.

Além da docência e pesquisa, proferiu palestras, debates e seminários em diversas instituições de ensino superior da atual Região Metropolitana de Campinas e Brasil afora.

## Militância Política e Sociocultural

Deu início à militância política ainda à juventude, em Araras-SP. Chegou a ser indiciado por "crime contra a segurança nacional" pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), já nos primeiros momentos sucessivos ao golpe civil-militar de 1964. Possivelmente por isto, decidiu-se por residir e atuar profissionalmente no litoral norte paulista, para se afastar de qualquer perseguição política, uma vez casado e já com filhas pequenas.

Já residente em Sumaré-SP, após concorrer ao pleito municipal para prefeito em 1972, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Professor Leovigildo Duarte Junior assumiu posto de Diretor de Divisão (posteriormente Departamento) de Educação e Cultura (DECEL), do Município de Sumaré, durante as gestões municipais "João Smânio Franceschini", entre 1973-1977; "Paulo Célio Moranza", entre 1978-1982; "José Denadai", entre 1983-1988; e "Paulino Carrara", entre 1989-1992, até se aposentar. Também acumulou responsabilidades como primeiro Diretor do Departamento de Cultura, Esportes e Turismo (DECET), do Município de Sumaré, durante a primeira gestão "José de Nadai". Foi eleito vereador em Sumaré durante a legislatura 1983-1988, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1988, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda que por breve período. Em Hortolândia, Município Emancipado em 1991, foi nomeado Gerente de Divisão de Cultura e Turismo do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Lazer (DECEL) em 1º de Janeiro de 1993; passou a Diretor da então recém-criada Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer (SECEL), em 1º de outubro de 1993; e chegou ao cargo de Secretário da mesma pasta em 1º de



Leovigildo em uma das suas últimas aparições públicas

Fevereiro de 1994, durante a gestão "Luiz Antonio Dias da Silva", entre 1993-1996, e neste permanecendo até sua exoneração em 31 de dezembro de 1996.

Deixou sua marca como militante pela educação e cultura e pelas melhorias dos serviços públicos em geral; sendo: fundador e primeiro presidente da Associação dos Servidores Municipais de Sumaré (ASMS), criada em 1976; membro-fundador do antigo Centro de Estudos Políticos e Sociais de Sumaré (CEPS), criado em 26 de fevereiro de 1976, e a partir do qual nasceu o órgão de imprensa "Folha de Sumaré", cuja primeira edição foi publicada em 7 de setembro do mesmo ano (nº01), e a última em 18 de outubro de 1980 (nº109) - quando o próprio CEPS, a partir de então, veio a se esvaziar e encerrar seu expediente -; membro-fundador da Associação Pró-Memória de Sumaré, criada em 14 de janeiro de 2004, abrigado no edifício e fundos do Centro de Memória "Thomaz Didona", centenário edifício este que teve diversos usos ao longo de sua história. Cabe também destacar seu papel como militante do Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia, e como pesquisador que criou coleções hemerotecárias que reúnem detalhadas informações sobre o processo emancipacionista e político-eleitoral desta localidade, entre os anos 1991 e 1993. Foi o idealizador e fundador do Centro de Memória de Hortolândia, criado pela Lei Municipal nº225/1994.

## Homenagens a Professor Leovigildo Duarte Junior

Por meio da Lei nº 4.919, de 21 de dezembro de 2009, o Município de Sumaré redefiniu as atribuições de seu antigo Centro de Formação para Profissionais em Educação (CEFOPES), fundado em 20 de outubro de 2006, e denominando-o Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré "Professor Leovigildo Duarte Junior" (CEFMS). O Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", por sua vez, recebeu seu justo patronímico, por meio da Lei Municipal nº 2.793, de 6 de maio de 2013.



## Principais Livros, Monografias Historiográficas e Coleções Hemerotecárias Produzidas por Leovigildo Duarte Junior

Ao longo de sua trajetória intelectual, profissional e política, o Professor Leovigildo Duarte Junior escreveu e coordenou diversas publicações sobre as histórias locais de Sumaré e Hortolândia, além de colaborar voluntariamente para com jornais e periódicos de diversos municípios da Região Metropolitana de Campinas. Abaixo, alguns dos principais títulos de sua produção intelectual.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo. Sesmeiros e Posseiros na Formação Histórica e Econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas Origens ao Século XVIII. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. Pequeno Glossário Histórico para Conviver no São Paulo do Brasil Colonial e Melhor Entender os Documentos da Época e os Escritos Posteriores sobre seus Fatos e Feitos. Sumaré, 2003. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Inventário da Legislação Sesmarial para a Terra do Brasil e Melhor Entender as Concessões das Sesmarias na Capitania de São Paulo, através da Bibliografia e Documentos Disponíveis para Compreensão de seus Feitos e Efeitos. Sumaré, 2003. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Hortolândia Município: A Preparação (Volume 1). Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Hortolândia Município: A Campanha (Volume 2). Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Hortolândia Município: A Votação - (Volume 3). Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Cartilha da Emancipação: História de Hortolândia. Hortolândia, 1993. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Hortolândia Município: Subsídios para a História. Hortolândia, 1992. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 - "Acertos e Desacertos: Preparando a Campanha" (Volume 1). Sumaré, 1990. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 - "Dada a Larga-da, a Campanha Pega Fogo" (Volume 2). Sumaré, 1990. Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 - "Na Reta Final, do Tudo Vale à Posse" (Volume 3). Sumaré, 1990. Hemeroteca.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo (Dir.); PEDRONI, Ulisses; ARAÚJO (Pesq. Hist.), Benedito de Assis (Pesq. Estat.). Sumaré - Edição Histórica. São Paulo: Focus, 1975.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo. Sumaré - Aspectos: Econômicos, Políticos, Sociais. Sumaré: Colégio Comercial Municipal "Dr. Leandro Franceschini", 1972.



## Fontes Textuais Consultadas

Para elaborar esta “suma biográfica”, foram realizadas consultas presenciais e indiretas a arquivos de instituições/entidades, públicas e privadas, nos quais se encontram prontuários que reúnem documentos em nome de Leovigildo Duarte Junior, além de sua própria coleção particular, legada ao Centro de Memória de Hortolândia, do qual é seu Patrono. Dentre os quais, citem-se os arquivos pertencentes às seguintes instituições:

- Colégio ETCA (antiga Escola Técnica de Comércio e Contabilidade), Araras-SP
- Diretoria de Ensino – Regional Sumaré-SP
- Escola Estadual “Dr. Cesário Coimbra”, Araras-SP
- Instituto Salesiano “Dom Bosco”, Americana-SP
- Prefeitura Municipal de Hortolândia – Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”-SP
- Prefeitura Municipal de Hortolândia-SP – Departamento de Administração e Gestão de Pessoas (DAGP)
- Prefeitura Municipal de Sumaré-SP – Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SARH)
- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo-SP – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE)
- Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Além dos Prontuários consultados, nos arquivos das referidas instituições/entidades, citem-se também os seguintes documentos avulsos, que fazem menção a Leovigildo Duarte Junior, e a algumas de suas iniciativas, e que estão à disposição em sites de pesquisa:

- Arquivo Público do Estado de São Paulo  
Acervo DEOPS – Prontuário Delegacia de Polícia de Araras-SP – Rádio nº214/64 (Urgente)  
[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS/BR\\_SPA-PESP\\_DEOPSOS000409.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS/BR_SPA-PESP_DEOPSOS000409.pdf)
- Associação Pró-Memória de Sumaré  
Tribuna Liberal, 21 de Abril de 2013, Página 12 – Enciclopédia de Sumaré  
<http://promemoriasumare.com.br/materias-jornais/23-04-13/edicao2013-04-21-d.pdf>
- Câmara Municipal de Hortolândia  
Projeto de Lei Municipal nº 19/2013  
[http://sapl.cmh.sp.gov.br/sapl\\_documentos/materia/24662\\_texto\\_integral](http://sapl.cmh.sp.gov.br/sapl_documentos/materia/24662_texto_integral)

Lei Municipal nº 2.793/2013  
[http://sapl.cmh.sp.gov.br/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/9679\\_texto\\_integral](http://sapl.cmh.sp.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/9679_texto_integral)

- Câmara Municipal de Sumaré  
Lei Municipal nº 4.919/2009  
<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=LeisSumare&pasta=&pesq=>

- Imprensa Oficial do Estado de São Paulo  
Diário Oficial do Estado de São Paulo, 6 Março de 1976, Página 50  
[http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO-2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/1976/ineditoriais/marco/06/pag\\_0050\\_36SS9NP1KDS2FeCP8GSP6OITQLF.pdf&pagina=50&data=06/03/1976&caderno=Ineditoriais&paginaordenacao=100050](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO-2001Documento_11_4.aspx?link=/1976/ineditoriais/marco/06/pag_0050_36SS9NP1KDS2FeCP8GSP6OITQLF.pdf&pagina=50&data=06/03/1976&caderno=Ineditoriais&paginaordenacao=100050)

- Ministério da Educação / Conselho Federal de Educação  
Parecer para Reconhecimento de Habilitação em Magistério para a Pré-Escola no Curso de Pedagogia (Interessado: Instituto Salesiano Dom Bosco)  
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd011363.pdf>

Acervos Iconográficos Consultados

- Associação Pró-Memória de Sumaré
- Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”

## Acervos Iconográficos Consultados

- Associação Pró-Memória de Sumaré
- Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”



## Hortolândia Histórico Socioeconômico, Político-Administrativo e Cultural

### Início da Formação Territorial e do Povoamento do atual Município de Hortolândia

O território que constitui o atual Município de Hortolândia já fizera parte dos respectivos Municípios de Campinas até 1953, e de Sumaré até 1991. O território que constitui o atual Município de Hortolândia tem à Carta de Sesmarias conferida a Ignacio Caetano Leme e outros, datada de 20 de abril de 1799, possivelmente, a sua primeira referência em fontes documentais oficiais.

À luz da referida Carta de Sesmarias, na qual é feita citação de um “Ribeirão do Engano” que deságua no “Ribeirão Quilombo”, e que faz divisas com as terras concedidas a Joaquim José Teixeira (Nogueira), a oeste da vila de São Carlos (atual município de Campinas), sugere-se que este mesmo “Ribeirão do Engano” seja o “Ribeirão Jacuba” que atravessa quase que diametralmente todo o território do atual Município de Hortolândia. Além de não haver qualquer outra citação ou referência sobre afluentes hidrográficos à referida Carta de Sesmarias, o “Ribeirão Jacuba” ainda é o maior afluente da bacia do Ribeirão Quilombo – e talvez por isto o “Ribeirão Jacuba” seja o mesmo “Ribeirão do Engano” indicado, pois, à Carta de Sesmarias conferida a Ignacio Caetano Leme e outros.

Sobre as terras de sesmarias concedidas a Ignacio Caetano Leme, o qual se responsabilizou pela abertura de diversas estradas da região, percebe-se, a partir de meados do século XIX, a formação dos primeiros povoamentos à ampla região do Bairro do Quilombo e, no qual já se identificava o bairro rural de Terra Preta, que ainda faz divisas com a antiga e ampla freguesia de “Capivary” (em seu pedaço outrora conhecido como “Água Choca”, e que é o atual município de Monte Mor), e que se manteve dentro da rota de tropeiros por décadas a fio. Nos anos 1870, já se identificava a formação de outro bairro rural próximo à Terra Preta, situado às margens do “Ribeirão Jacuba” (possivelmente o mesmo “Ribeirão do Engano”), com a presença de sitiantes brasileiros, e de imigrantes (aqui instalados, sobretudo, a partir da implantação das estradas de ferro à região de Campinas).

*“Carta de Sesmaria ao Alferes Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario, e Joaquim da Silva Leme, moradores na V.ª de S. Carlos. Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça, do Conselho de Sua Magestade e Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo etc. Faça Saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que attendendo a me representarem o Alferes Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario, Joaquim da Silva Leme, moradores na Villa de São Carlos que elles justificantes tem bastante escravatura, mas sem terras de cultura, em que os possa exercitar; e como os mesmos justificantes tem noticia, que distante da Villa quatro ou cinco legoas para diante da sesmaria de Joaquim Jozé Teixeira, e outros da banda de cá do Atibaya há terras de matos virgens, e nellas se podem fazer cultura, querem os supplicantes, que eu lhes conceda de certão duas legoas, e quatro mais ou menos, até entestar no Ribeirão do Engano, que fas barra no Quilombo, principiando a medição no marco da Sesmaria do dito Capitão, servindo o mesmo vento, de que elle se Servio, e de testada huma legoa, com o vento, que mostrar o agulhão, para nellas se estabelecerem com Engenho de Cana possuindo-as com legitimo titulo: E Sendo visto o seu requerimento, justificação, a que por meu Despacho, mandei proceder, sobre as posses, que tinham, para cultivarem as terras pedidas, no que foi ouvida a Camara da Villa de São Carlos, a quem se não offereceo duvida, nem aos Doutores Ouvidor da Comarca, a quem mandei responder, com o igualmente Procurador da Coroa, e Fazenda, a quem se deu vista. Hey por bem dar de Sesmaria em nome de S. Magestade e em virtude de Sua Real Ordem de Quinze de Junho de mil setecentos e onze, aos ditos Alferes Ignacio Caetano Leme, e mais pessoas acima nomeadas as terras que pedem na paragem mencionadas, com as confrontações tambem acima indicadas e sem prejuizo de terceiro, ou do direito, que algu’a pessoa tenha a ellas: Com declaração que as cultivarão, em andarão confirmar esta minha Carta de Sesmaria, por Sua Magestade, dentro em dous annos, e não fazendo, se lhes denegará mais tempo; e antes de tomarem posse dellas, estar ao medir, demarcar judicialmente, sendo para este effeito notificadas as pessoas, com quem confrontarem. E serão obrigados a fazer os caminhos de suas estradas com pontes, e estivas, onde necessário for; e descobrindo-se nellas rio caudalozo, que necessite de barca, para se atravessar, ficará reservada de huma das margens della meya legoa de terras em quadra, para a commodidade publica. E nesta data não poderá succeder em tempo algum pessoa Ecclesiastica ou Religião, e succedendo será com o encargo de pagar Dizimos, ou outro qualquer que Sua Magestade lhe quizer impor de novo, e não o fazendo, se poderá dar a quem o denunciar como tambem sendo a mesma Senhora Servida mandar fundar no districto della alguma Villa o poderá fazer ficando livre, e sem encargo algum, ou pensão para os sesmeiros. E não comprehenderá esta Data Veeyros, ou Minas de qualquer genero de metal que nella se descobrir, reservando tambem aos Paços Reais, e faltando a qualquer das ditas clauzulas por serem conforme as Ordens de Sua Magestade e ao que dispõem a Ley, e foral das Sesmarias, ficarão privados desta: Pelo que Mando ao Ministro, e mais pessoas a que o conhecimento desta pertencer, deem posse aos ditos Alferes Ignacio Caetano Leme, e mais pessoas atas nomeadas das referidas terras na forma que pedem. E por firmeza de tudo lhes mandei passar a presente por mim assignada e sellada, com o sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, e se requisitará nos livros da Secretaria deste Governo; e mais partes a que tocar e se passou por duas vias. Dada nesta Cidade de São Paulo. Manoel Cardozo de Abreu a fez a vinte de Abril de mil setecentos noventa e nove. Luis Antonio Neves de Carvalho, Secretario do Governo a fez escrever. Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça.”*

Transcrição Paleográfica de “Carta de Sesmarias concedida a Ignacio Caetano Leme e Outros”, Lata 37.1, Livro 30, Fls. 77v-78v. Coleção “Sesmarias, Patentes e Provisões”, Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo SP.

## Antes e depois de a Cia. Paulista de Estradas de Ferro passar por Aqui

Após a criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1868, e a inauguração da primeira Estação Ferroviária de Campinas, em 1872, o conjunto de notícias em geral sobre os bairros rurais de Terra Preta e mesmo Jacuba se ampliaram consideravelmente. Com o prolongamento da linha-tronco da Companhia Paulista de Estradas de Ferro – que incorporou as ações da sequer inaugurada Companhia de Estradas de Ferro d’Oeste –, ocorrido desde meados dos anos 1870, rumo à vila de São João do Rio Claro (atual Município de Rio Claro), o povoado de Jacuba foi adquirindo progressivamente características de bairro rural, ao receber mais sitiantes.

A 26 de agosto de 1896, a Cia. Paulista inaugurou posto telegráfico no bairro rural de Jacuba, para finalidades logísticas e administrativas próprias e a terceiros, de modo que a implantação desta





rém desmembrado do projetado Município de Sumaré e para ser novamente anexado ao remanescente Município de Campinas de então. A população de Jacuba, como se pode perceber pelo processo legislativo paulista nº2235-53, citado em diversas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP), sugeriu à "Comissão Territorial, Administrativa e Judiciária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo" que o projetado distrito fosse elevado com o nome "Ortolândia", claramente em alusão ao "Parque Ortolândia" ou ao próprio empreendedor João Ortolan,

Table with columns: Data, Localidade, Documento, Data de Entrada, Descrição, Localidade, Documento, Data de Entrada. Includes sections for 'Pedido de RETIFICAÇÃO DE DIVISAS INTERMUNICIPAIS' and 'Pedido de ALTERAÇÃO DE TOPÔNIMOS'.

Página do "Diário Oficial do Estado de São Paulo" que publica requerimento da população de Jacuba, representada pelo Deputado Estadual Ruy de Almeida Barbosa, junto à "Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a alteração do topônimo "Jacuba" por "Ortolândia" quando da elevação do povoado a distrito, assim como a anexação do distrito projetado ao remanescente Município de Campinas. "Diário Oficial do Estado de São Paulo", 17 de Junho de 1953, Página 49.

cujo novo patronímico foi possivelmente sugerido pelos novos moradores e empreendedores da localidade, e não por aqueles residentes do bairro rural de Jacuba. A referida comissão legislativa deliberou (ou seja, determinou) denominar o projetado distrito como "Hortolândia", com "agá", diferentemente do anteriormente sugerido "Ortolândia" – e diferentemente do que ainda é divulgado como um banal erro de escrita para justificar esta sutil alteração do novo topônimo, ou que seria um modo de fazer referência ao Horto Florestal da Cia. Paulista em Sumaré. Mediante a sanção

da Lei Estadual nº 2.456/1953, publicada a 30 de dezembro daquele ano, em meio à criação e/ou supressão de novos distritos e municípios (dentre os quais ocorreu a criação do Município de Sumaré), o antigo bairro rural de Jacuba passou a se chamar "Hortolândia", contudo mantido no remanescente território do então recém-emancipado Município de Sumaré. Outra curiosidade: qualquer informação diferente desta, sobre a data de elevação de distrito e de alteração de toponímia, como aquela que confere a Leônicio Ferraz Júnior – deputado estadual entre 1955 e 1967 (3ª a 5ª Legislaturas pós-1945) – a sugestão



Table with columns: Data, Localidade, Documento, Data de Entrada, Descrição, Localidade, Documento, Data de Entrada. Includes sections for 'Pedido de RETIFICAÇÃO DE DIVISAS INTERMUNICIPAIS' and 'Pedido de ALTERAÇÃO DE TOPÔNIMOS'.

Página do "Diário Oficial do Estado de São Paulo" que publica o pedido em prestações de terreno a João Ortolan e Adélio Novo Ortolan, proprietários do recém-autorizado "Parque Ortolândia" no bairro rural de Jacuba, Distrito de Ribeirão, Município de Campinas-SP. "Diário Oficial do Estado de São Paulo", 30 de Dezembro de 1947, Página 15.



Vista Aérea do Distrito de Hortolândia sobre área atualmente urbanizada pelos bairros Vila Real, Vila São Francisco, Remanso Campineiro e Parque Ortolândia. Décadas de 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Dídona", Sumaré-SP.



Vista de Passagem de Nível do trecho Km62+777 da Linha-Tronco da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (ao fundo, antigos "Armazém e Estação Jacuba"). Décadas de 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Acervo Fotográfico", Arquivo Histórico do Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", Hortolândia-SP.

## Transformação de Bairro Rural em Localidade Suburbana

Da década de 1950 até inícios da década de 1990, o Distrito de Hortolândia, assim como o Distrito de Nova Veneza (este criado pela Lei Estadual nº 5.121/1958), ambos subordinados ao Município de Sumaré, tornaram-se localidades direcionadas à implantação de indústrias de médio e grande porte, mediante atrativos tributários e fiscais, e sem qualquer compensação por impactos socioambientais acometidos sobre a população local e seus recursos naturais, uma vez não observadas tais situações por parte dos legisladores municipais da época. Outro fator de destaque, quanto ao tratamento político-administrativo do Distrito-Sede do Município de Sumaré sobre seus distritos anexos, foi a falta de planejamento espacial e urbano para a acomodação de toda



Residência e Estabelecimento Comercial (cuja edificação ainda hoje se mantém conservada com modificações), localizada à atual Rua Wanderlei Costa Camargo. Décadas 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Acervo Fotográfico", Arquivo Histórico do Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", Hortolândia-SP.



Reconstrução de Ponte sobre o Ribeirão Jacuba, situada entre Vila São Francisco e Vila Real, durante 1ª gestão "José Denada", atualmente denominada Osmar Debelin (ao fundo e à direita, vista dos antigos "Armazém da Estação Jacuba" e "Templo Presbiteriano"). Distrito de Hortolândia-SP. Datada entre 1963-1968. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Dídona", Sumaré-SP.

a população, seja a remanescente dos tempos de Distrito de Rebouças/Sumaré, seja a migrante atraída e economicamente dependente do processo de industrialização percebido em Campinas e arredores.

Neste meio tempo, as características de bairros rurais de localidades como Hortolândia, Nova Veneza, e outras, deram lugar a moradias suburbanas irregulares avizinhas por parques industriais e chácaras de nativos remanescentes, e em sua maior parte desprovidas de recursos sanitários básicos – dado este paulatinamente sanado pelos poderes públicos, municipal e estadual, precedentes e vigentes. A realidade socioeconômica da população do Distrito de Hortolândia não correspondia à situação favorável das receitas públicas obtidas por meio



Obras para Abastecimento de Água em benefício do Distrito de Hortolândia, durante 2ª gestão "João Smânio Franceschini". Datado entre 1973-1977. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Didona", Sumaré-SP.

da tributação sobre grandes indústrias, atuantes principalmente às áreas farmoquímica, alimentícia, agropecuária, ferroviária, tecnológica de informação, e outras.

A meados dos anos 1970, a população do Distrito de Hortolândia, mediada por representantes legislativos sensíveis aos problemas locais – mesmo

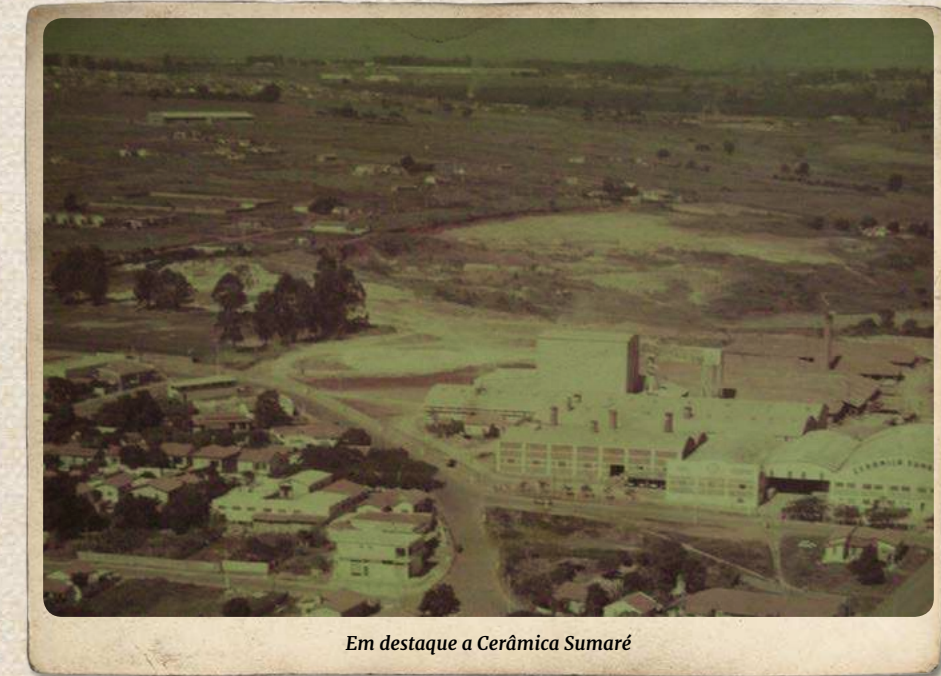
durante o período do autoritário regime civil-militar, imposto entre 1964 e 1985 – já reconhecia no processo de emancipação político-administrativa a única alternativa de solução às demandas locais e regionais.



Passagem Provisória de pedestres e veículos sobre Ribeirão Jacuba durante reconstrução da Ponte (ao fundo, vista da bifurcação entre as atuais Rua Argolino de Moraes e Avenida Santana, Hortolândia-SP), durante 1ª gestão "José Demada". Datado entre 1983-1988. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Didona", Sumaré-SP.

## A Luta pela Emancipação de Hortolândia

Após a promulgação da Constituição Federal de 3 de outubro de 1988, e em vista da publicamente conhecida situação calamitosa verificada nos distritos sumareenses, em termos de infraestrutura e serviços públicos básicos, suscitou-se na população do Distrito de Hortolândia a organização de campanhas e movimentações sociais



Em destaque a Cerâmica Sumaré

e ações político-representativas em favor da emancipação da localidade. Pode-se afirmar, pois, que a força deste movimento emancipacionista somente foi possível porque gestado em meio ao vigoroso momento de redemocratização do país, após ser governado sob regime de exceção por longos 21 anos.

Autorizado pela Resolução Estadual nº 714/1990, e sem o consentimento e apoio legal/institucional do Município de Sumaré, o Tribunal Regional Eleitoral realizou, a 19 de maio de 1991, plebiscito para que a própria população eleitora do Distrito de Hortolândia decidisse sobre a emancipação político-administrativa da localidade. O resul-



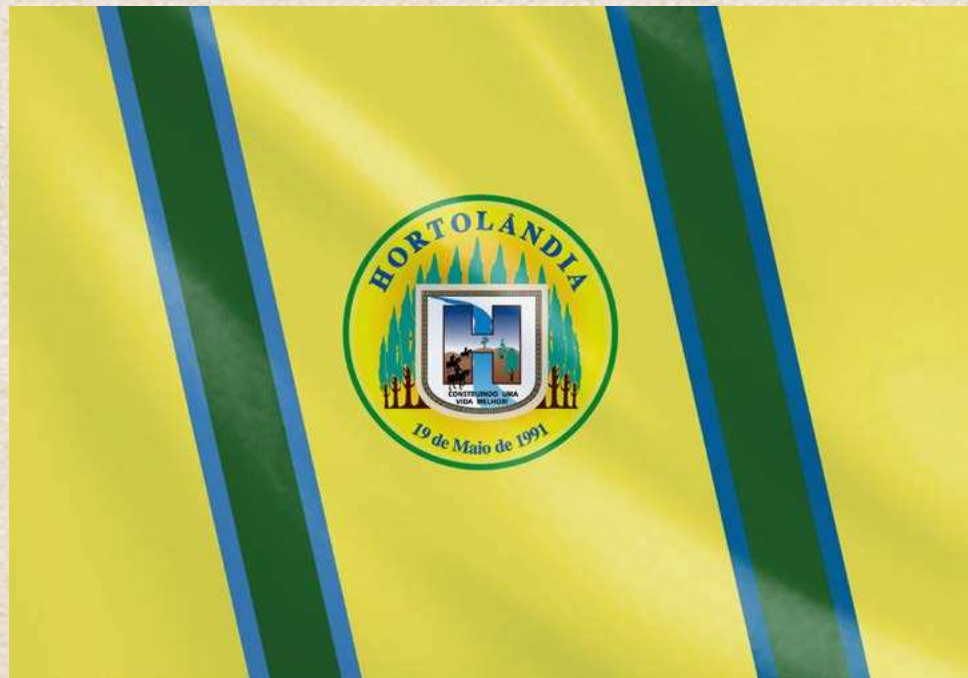




## Hortolândia Emancipada – ou “Construindo uma Vida Melhor!”

De localidade com população inferior a mil habitantes, até finais da década de 1950, o então recém-emancipado Município de Hortolândia, a partir de 1993, começou sua trajetória político-administrativa com cerca de 100 mil habitantes (em sua maioria de origem migrante), e com a missão de realizar os anseios do lema apregoado à própria bandeira e o brasão municipais, nos quais se lê “Construindo uma Vida Melhor!”.

À medida que os sucessivos mandatos executivos e legislaturas do Município de Hortolândia vêm cumprindo o propósito do lema inscrito nos símbolos oficiais municipais, de modo a progressivamente sanar as carências infraestruturais e serviços básicos, concomitantemente, percebe-se também a necessidade de identificação, promoção, fomento de um até



Bandeira do Município de Hortolândia



Brasão do Município de Hortolândia

então latente conjunto de referências e bens emanados de produtores e detentores de culturas populares e tradicionais (sejam estes de origem nativa e/ou migrante), e que se somam a outras iniciativas e ações públicas consonantes ao referido lema oficial do município.

“Construindo uma vida melhor!” é, ao mesmo tempo, lema e prerrogativa que valem não somente para agentes e representantes do Poder Público Municipal no atributo de suas funções, mas para todos os cidadãos e cidadãs residentes, economicamente ativos ou não, no Município de Hortolândia. Desde então, o Município de Hortolândia teve, democraticamente eleitos, 4 prefeitos e 85 vereadores (entre os quais, 11 Presidentes da Casa de Leis e Suplentes empossados nos cargos), em 6 sucessivas e naturais gestões e legislaturas, respectivamente.



### HINO DE HORTOLÂNDIA

Letra e Música  
David Wesley Silva  
Maurício Viotto Jr.

#### I

De trilha, passagem para tropeiros  
Nasceste em caminhos do vento...  
No planalto paulista, a Vila, a Estação  
Hoje industrias e ontem fazendas!  
Sim ao florescer em ti o sentimento  
De ter uma vida melhor  
Oh! Cidade querida, tu és a nossa vida  
Hortolândia tu és a maior

#### Côro

Vem canto forte  
Nos alcançar  
Conta a vitória:  
Teu libertar!  
Dá a esperança  
Vem nos honrar  
E nossa terra  
Faze exaltar!!

#### II

Em teus campos verdes, colinas, outeiros  
Ergueu-se a voz da verdade  
Em Taquaras, Remansos, Mirantes, Ipês  
Toda a terra clamou liberdade  
Sim ao florescer em ti sentimento  
De ter uma vida melhor  
Oh! Cidade querida, tu és a nossa vida  
Hortolândia tu és a maior

#### III

Desperta agora! É teu novo tempo!  
Já tens vida própria, cidade!!  
Tanto para ser feito, é sempre momento:  
Construir-te com honestidade...  
Sim ao florescer em ti sentimento  
De ter uma vida melhor  
Oh! Cidade querida, tu és a nossa vida  
Hortolândia tu és a maior

### Poder Executivo

**1º MANDATO (1993-1996)**  
Luiz Antonio da Silva Dias (Prefeito)  
Romildo Pardini (Vice-Prefeito)

**2º MANDATO (1997-2000)**  
Jair Padovani (Prefeito)  
Angelo Augusto Perugini (Vice-Prefeito)

**3º MANDATO (2001-2004)**  
Jair Padovani (Prefeito)  
Luiz Walter Bernardo (Vice-Prefeito)

**4º MANDATO (2005-2009)**  
Angelo Augusto Perugini (Prefeito)  
Enoch da Silva (Vice-Prefeito)

**5º MANDATO (2008-2012)**  
Angelo Augusto Perugini (Prefeito)  
Jacyr Aparecida Santos Souza (Vice-Prefeita)

**6º MANDATO (2013-ATUAL)**  
Antonio Meira (Prefeito)  
Renata Belufe Lippaus (Vice-Prefeita)



## Passado Recente e Tempo Presente da "Estação Jacuba"

A Estação Ferroviária Jacuba foi administrada pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro até 1971, época em que esta sociedade anônima, já estatizada desde 1961, foi incorporada ao sistema FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.), criado em 1969.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o embarque e desembarque de passageiros, bagagens e mercadorias, à "Estação de Hortolândia" (assim chamada desde a elevação do bairro rural em distrito do Município de Sumaré), funcionou de modo intermitente, até que, em 1996, sua edificação foi definitivamente desativada, contudo permanecendo zelada por família de ferroviários até recentemente. Em 1998, a FEPASA foi extinta e incorporada pelo sistema RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), que por sua vez também foi extinto em 2007.

Todo o espólio ferroviário legado pela RFFSA, atualmente, está sob controle da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); a qual, em 2012, cedeu ao Município de Hortolândia, para fins socioculturais, a "Estação Jacuba", hoje reformada/restaurada, e que abriga a sede museal do Centro de Memória de Hortolândia "Prof. Leovigildo Duarte Junior", órgão público criado pela Lei nº225/1994, e cujo patronímico lhe foi conferido a partir Lei Municipal nº2.793/2013, em homenagem ao seu idealizador e fundador. Vale dizer que, até o presente momento, a "Estação Jacuba" é o único patrimônio cultural tombado pelo Município de Hortolândia, por meio do Decreto Municipal nº 1.150/2003. Por motivo de respeito à origem e ao histórico desta edificação, o Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior" prefere chamá-la de "Estação Jacuba", como assim era chamada em seus primeiros tempos esta que é sua nova sede museal.

# ORIGEM DA FEPASA



Em São Paulo, os problemas foram agravados por dois motivos: o dinamismo acelerado do processo econômico e a instalação da indústria automobilística.

A necessidade de racionalizar o sistema de transporte levou o poder público a definir uma política de integração das várias modalidades. A primeira meta foi a de propiciar a recuperação do transporte ferroviário a partir da unificação de cinco ferrovias de São Paulo.

Pela aplicação da Lei nº. 10.410 de 28 de setembro de 1971 foram unificadas - a 10 de dezembro do mesmo ano - as cinco ferrovias que passaram a constituir a FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.



### COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

Inaugurada em 1872 para atender a expansão da lavoura cafeeira. Em 1922 começou a utilizar a tração elétrica. Até a Segunda Guerra Mundial, a Companhia Paulista liderava o desenvolvimento das ferrovias. Contudo, após o término do conflito mundial, devido aos problemas decorrentes, a 'Paulista' foi obrigada a diminuir o ritmo de desenvolvimento, de tal maneira que em 1961 o Estado de São Paulo tornou-se acionista majoritário dessa ferrovia. Em fins de 1971 a 'Paulista' passou a integrar a FEPASA, incorporando a essa 1.226km de linhas em bitola larga que atingiram o Rio Paraná na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul, e Rio Grande na divisa com o Estado de Minas Gerais, além de fazer conexão com a Rede ferroviária Federal em Jundiá.

### ESTRADA DE FERRO SOROCABANA

Nascida da fusão - em 1894 - de duas outras empresas: a Cia Ituana, inaugurada em 1873 e a Cia Sorocabana, inaugurada em 1875. No ano de 1904, o Governo Federal encampou a Empresa, que passou a ser propriedade do governo do Estado de São Paulo em 1905, sendo arrendada por particulares a partir de 1907. Em 1919, a Empresa retornou ao controle do Estado obtendo resultados favoráveis por longos e prósperos anos. Em fins de 1971, passou a integrar a FEPASA, incorporando a esta 2.016 km de linhas de bitola métrica, ligando a Capital ao porto de Santos e a Presidente Epitácio, além de fazer conexão com a Rede Ferroviária Federal em Itararé, Bauru e São Paulo.



### COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Inaugurada em 1875 acompanhou o rápido desenvolvimento da cultura cafeeira, chegando a penetrar no território de Minas Gerais. Em 1952 essa ferrovia passou a ser controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e em 1967 assumiu a administração da Estrada de ferro São Paulo - Minas.

Em fins de 1971, a Cia. Mogiana passou a integrar a FEPASA, incorporando a esta 1.445 km de linhas de bitola métrica, com sua linha troco adentrando o Estado de Minas Gerais até Araguari.

### ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO - MINAS

Inaugurada em 1893 concluiu sua implantação em 1911. Em 1931, o Governo Estadual tornou-se proprietário dessa ferrovia empreendendo em 1934 o alargamento da bitola de 0,60m para 1 metro, possibilitando a interligação com a Cia. Mogiana, que assumiu sua administração em 1967.

Em fins de 1971, a SPM passou a integrar a FEPASA, incorporando a esta 134 km de linhas, dos quais 34 km em território do Estado de Minas Gerais.



### ESTRADA DE FERRO ARARAQUARA

Inaugurada em 1898 concluiu sua primeira meta de expansão em 1901, retomando seu desenvolvimento em 1909. Considerada a estrada de melhor traçado, teve seu acervo adquirido em 1916 por uma Companhia Americana. EM 1919, o Estado de São Paulo encampou essa ferrovia que, acompanhando o desenvolvimento da cultura cafeeira na região, retomou seu ritmo de desenvolvimento na década de 20, chegando a alargar a bitola métrica para bitola larga a fim de propiciar o tráfego direto com a Cia. Paulista. Em 1967, passou a administração da Cia. Paulista e, em fins de 1971 a integrar a FEPASA incorporando a esta 432 km de linhas em bitola larga, ligando Araraquara à divisa do Estado de Mato Grosso do Sul.

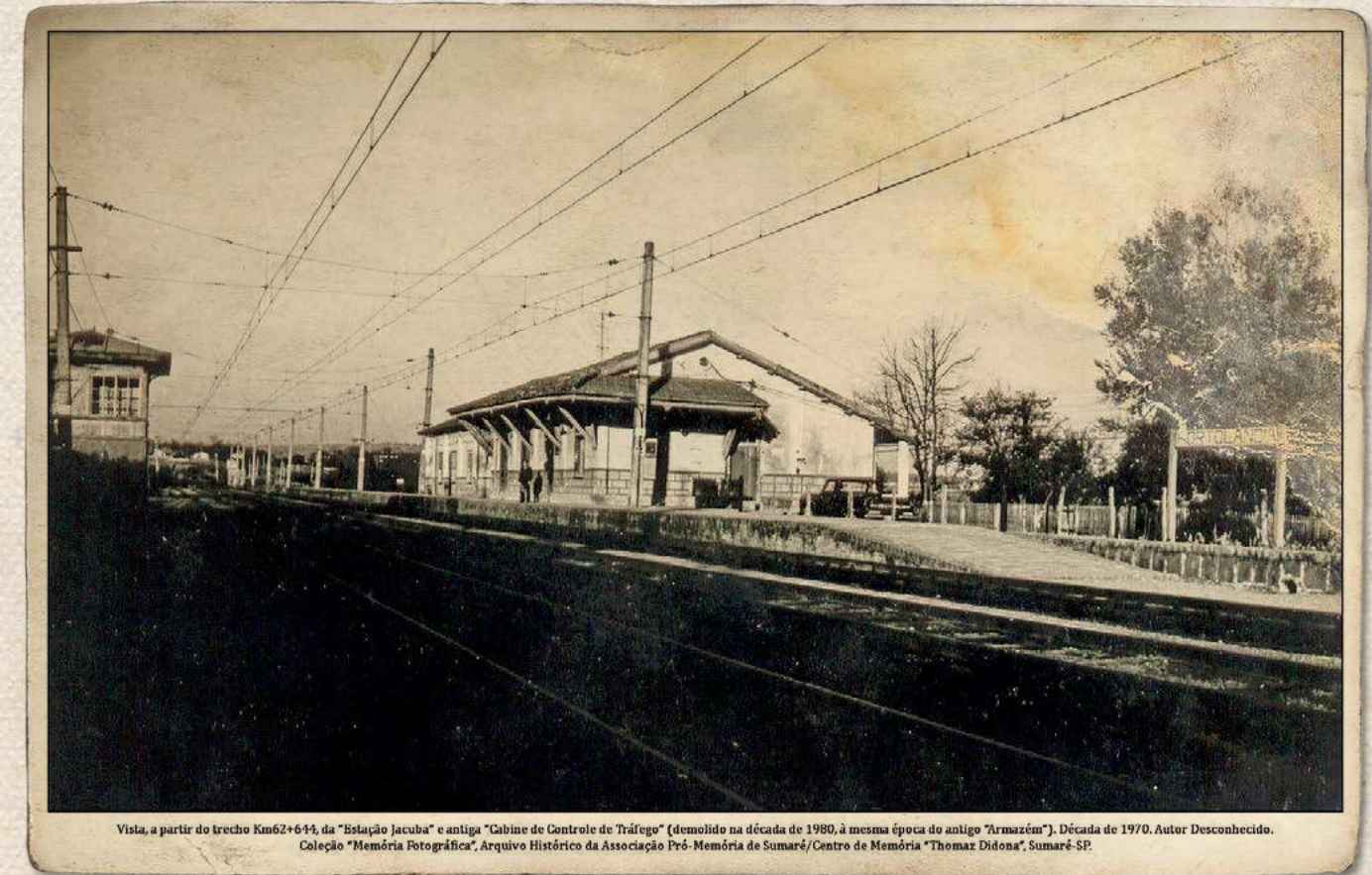
Fotos: Reproduções das placas das ferrovias  
Textos: Fonte - Museu da Cia. Paulista de Jundiá



## Estação Jacuba

Patrimônio Cultural Municipal de Hortolândia

### Definição de Conceitos e Contexto de Ações Patrimoniais no Município de Hortolândia



Todas e quaisquer comunidades são possuidoras e usuárias de bens culturais de diversos matizes: edificados, móveis, naturais, arqueológicos, imateriais. Estes bens culturais representam e interagem com as experiências, passadas e presentes, destas respectivas comunidades. Tais experiências, passadas e presentes, moldam as memórias e identidades das quais essas comunidades são processualmente imbuídas, de maneira que estas se constituem enquanto cerne da produção e/ou apropriação daquilo que são denominados "bens culturais" e, por fim, "patrimônios culturais".

Passíveis de novos usos e outras atribuições éticas, estéticas e socioeconômicas, os bens culturais, quando em situação de precariedade infraestrutural e desvirtuação dos sentidos tradicionais de

manifestações emanadas dessas comunidades, dependem de ações de defesa e preservação, para que estes sejam revitalizados e imunizados a intempéries e interesses particulares ou escusos. Estas ações de defesa e preservação de bens culturais, uma vez partidas do poder público, são também entendidas como ações de "salvaguarda"; e que, para tanto, é necessário, pois, viabilizar marcos legais que tornem esses bens culturais objetos de interesse público, e, por fim, patrimônios culturais oficialmente tombados/registrados. Ou seja, formalmente, nem todos os bens culturais são considerados "patrimônios culturais": somente os são, oficialmente, aqueles que passaram por uma libação legal e institucional, a fim de serem "defendidos", "preservados", "salvaguardados". Apesar desta for-



malidade e de haver uma "filtragem" institucional para a seleção daqueles bens culturais que merecem ou necessitam, por premência, de seu tombamento ou registro enquanto "patrimônios culturais", as comunidades locais também são e devem ser responsáveis pela defesa, preservação, salvaguarda de bens culturais dos quais são detentoras/produtoras.

Neste sentido, o Município de Hortolândia vem desenvolvendo ações patrimoniais para a defesa, preservação, salvaguarda de seus bens culturais há quase duas décadas. Declarações de "defensores do patrimônio cultural"; decretos de "áreas de interesse público"; decretos de "tombamento de patrimônio cultural" foram algumas das poucas, mas necessárias, ações institucionais do Poder Público

## Breve Histórico da "Estação Jacuba" e do antigo Sistema de Transporte Ferroviário Paulista

Desde épocas mais passadas – no caso, de finais do século XVIII a inícios do século XX – às redondezas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (posterior Vila de São Carlos, atual Campinas), os bairros rurais de Terra Preta, Jacuba e outros, décadas a fio, serviam de passagem, paragem e pouso para tropeiros que perfaziam trechos paralelos aos seculares "Caminhos dos Guayazes" – como o que ainda hoje ligava Campinas a Monte Mor e Capivari, e sobre o qual foi parcialmente construída a Rodovia SP-101 "Jornalista Francisco Aguirre Proença". Contudo existissem estradas, caminhos e picadas que ligavam os bairros rurais de Terra Preta, Jacuba, e outros, a Campinas e a outras localidades, ainda assim, o isolamento geográfico dessas populações era um caso patente de carência infraestrutural e logística, o qual veio a ser relativamente aliviado com a construção da estação ferroviária, e, posteriormente, com o desenvolvimento da indústria automobilística nacional e a implantação de auto-estradas.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sociedade anônima criada a 1868 com denominação semelhante, transformou seu antigo posto telegráfico de Jacuba, inaugurado a 25 de agosto de 1896, em estação ferroviária, cuja inauguração se deu somente a 1º de abril de 1917. Vale dizer, então, que a inauguração da "Estação Jacuba" se deu 45 anos após a importante inauguração da Estação de Campinas, que ocorreu a 11 de Agosto de 1872; e 1 ano após a inauguração da "Estação Itirapina", em 1916, ponto final do tronco iniciado em Jundiaí. A exata localização da "Estação Jacuba" e seu entorno está entre o Km62+552,5m e o Km62+780,5m do referido tronco Jundiaí-Itapirina, sendo próxima às margens do Ribeirão Jacuba, à altura do atual bairro Vila São Francisco.

A "Estação Jacuba", com dimensão de 123,5m<sup>2</sup>, e seu entorno – dentro do qual havia um armazém com dimensão de 150m<sup>2</sup> e além

Municipal, neste âmbito legal. Dentre os marcos jurídicos e documentos oficiais mais relevantes no que concerne à ação patrimonial em Hortolândia, citem-se: o tombamento do edifício da antiga "Estação Jacuba" (Decreto Municipal nº1.150/2003); e o firmado "Termo de Cessão Provisória Gratuita" (Processo nº0497.039110/2008-41) deste Patrimônio Cultural Municipal e seu entorno (área de 5.077m<sup>2</sup>), para fins culturais e turísticos, em benefício do Município de Hortolândia, por parte da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), órgão federal atualmente responsável pelo espólio industrial, edificado e ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que por sua vez havia incorporado o espólio da também extinta Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA).

de 3 outras casas –, pertencentes à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foram estabelecidos, pois, em área cedida pelo Poder Público Estadual (por meio da Lei Provincial nº44/1869). Esta área, cuja dimensão original era de 1.340m<sup>2</sup>, foi finalmente ampliada para 5.077m<sup>2</sup>, após a compra de 3.737m<sup>2</sup> de terras então pertencentes ao casal Antonio Gomes Beato e Maria de Jesus, ao preço de R\$1:494\$800, com escritura firmada na Comarca de Campinas, a 19 de Abril de 1916, e cuja escritura se encontra no Livro 34, Fls. 32-34, do 3º Tabelionato de Transcrição de Imóveis deste município. Todas estas edificações foram construídas em alvenaria e cobertura de telhas de barro, com presença de instalações hidráulicas e elétricas, algumas "originais", outras "adaptadas", ao longo do tempo.

A partir de sua inauguração, a "Estação Jacuba" se tornou o marco referencial do bairro rural tanto para seus moradores, bem como para seus visitantes e empreendedores. Daí em diante, principalmente até finais década de 1960, a "Estação Jacuba" facilitou a vida de seus moradores, então quase que exclusivamente dependentes da chamada "Estrada Velha" Campinas-Monte Mor, quando no local havia apenas o referido posto telegráfico além da Estação "Boa Vista", no Km59+009m. Até a chegada de empreendedores pioneiros à localidade, a meados da década de 1940, a "Estação Jacuba" havia não apenas as funções de embarque/desembarque de passageiros e posto telegráfico, mas também para o embarque/desembarque, a partir de seu entorno e armazém, de centenas cabeças de gado, produtos agrícolas, e mercadorias em geral; de maneira que atividades agropecuárias se consolidavam, até então, como os principais alentos à subsistência dos moradores do bairro rural de Jacuba e de outros bairros mais afastados.

As atividades agropecuárias foram – pois já não o são mais – uma das principais marcas do bairro rural de Jacuba, ao lado de outras

características socioculturais vinculadas ao próprio funcionamento da estação ferroviária, por se tratar de área em torno da qual originalmente se estabeleceu o comércio e o entretenimento locais, em meio ao fluxo diário de gente, de gado e de mercadorias em geral. No auge das atividades da "Estação Jacuba", posteriormente denominada "Estação de Hortolândia", entre as décadas de 1950 e 1960, o Distrito de Hortolândia – vinculado ao Município de Sumaré, entre 31 de dezembro de 1953 e 30 de dezembro de 1991 – ia deixando para trás seu passado rural e de profundo isolamento geográfico (como assim ocorrera principalmente até 1917, ou mesmo até 1953), para se tornar Município com relevante presença socioeconômica à hoje legalmente reconhecida Região Metropolitana de Campinas (RMC), criada pela Lei Complementar Estadual nº 870/2000.

Reiterando que não há documentos e imagens que possam melhor elucidar sobre a edificação e o funcionamento do antigo posto telegráfico inaugurado em 1896, particularmente sobre a "Estação Jacuba/Hortolândia", nenhuma intervenção infraestrutural drástica ocorreu em quase 100 anos de existência desta edificação e entorno, com a exceção do armazém e da cabine de comando, contíguos à estação ferroviária, demolidos a inícios da década de 1980, restando neste apenas as referidas casas (algumas das quais ainda ocupadas por moradores que as preservam). Foi durante o período compreendido entre os finais da década de 1960 e meados da década de 1990 que se deu o paulatino processo de desativação da "Estação Hortolândia", assim como de outras no Estado de São Paulo e país afora.

## Atualidade da "Estação Jacuba" Patrimônio Cultural Municipal

Após ser firmado o referido "Termo de Cessão Provisória Gratuita", por parte da SPU em benefício do Município de Hortolândia, a "Estação Jacuba/Hortolândia" e seu entorno vem recebendo intenso processo de revitalização, e adquirindo novas atribuições e usos, frente à relevância histórica, identitária e sociocultural deste Patrimônio Cultural Municipal. Em 2014, após executar e concluir projeto arquitetônico de restauro/reforma da estação ferroviária e seu entorno (buscando atender requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental/paisagística), o Município de Hortolândia, sob as dependências deste Patrimônio Cultural Municipal, inaugurou a Sede Museal do Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior" em 28 de se-



Assim como todo o espólio pertencente à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a "Estação Jacuba/Hortolândia" se manteve em ótimo estado de funcionamento, manutenção e conservação, até o período entre sua estatização em 1961 e sua incorporação em 1971 às Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA), a qual também incorporara todo patrimônio documental, móvel e imóvel (industrial e ferroviário) desta e de outras companhias também estatizadas, progressivamente – como a "Estrada de Ferro Sorocabana", "São Paulo Railway Co. (Santos-Jundiaí)" e "Companhia Mogiana de Estradas de Ferro" e outras. Em processo de sucateamento e de endividamento, o transporte ferroviário dessas pioneiras estradas de ferro paulistas, administrado pela FEPASA entre 1971 e 1998, e em seguida pela também extinta RFFSA até 2007, limita-se hoje exclusivamente à logística de cargas pesadas, cujo tráfego é concessionado a empresas privadas detentoras do tráfego sobre a extensa malha ferroviária da antiga RFFSA, e que ainda entrecorta regularmente o Município de Hortolândia.

Foram muitas as tentativas, todas frustradas, de reativação da "Estação Jacuba/Hortolândia", entre as décadas de 1970 e 1990, de maneira que seu fechamento definitivo se deu a meados de 1996. Resistente a intempéries, vítima de depredações, tomada como refúgio de desabrigados, ainda assim zelada por família de ex-funcionários da FEPASA, a "Estação Jacuba", após sua reforma/restauro, não funciona mais como edificação destinada às suas atribuições originais.



Vista lateral, a partir do Km62+612, da desativada e depredada "Estação Jacuba", Hortolândia-SP. Década de 2000. Autor: Desconhecido. Foto: "Memória e Resgate" - Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/ Centro de Memória "Professor Leovigildo Duarte Junior".



tembro – órgão público municipal criado pelo Decreto Municipal nº225/1994, e que recebeu seu patronímico a partir da Lei Municipal nº 2.793/2013, em homenagem ao seu idealizador e fundador.

É igualmente importante ressaltar o aporte paisagístico que, a partir de agora, receberá o entorno da Estação Ferroviária Jacuba, para este também se tornar ponto de encontro com finalidades turísticas e socioculturais, em benefício, sobretudo, das comunidades locais e de seus visitantes; e que irá se somar a outros parques socioambientais, construídos no decorrer das últimas gestões públicas, como medida urgente para a melhoria da qualidade de vida da gente que reside, trabalha e visita o Município de Hortolândia.

No plano do cotidiano, comunidades locais/regionais convivem diariamente com as inúmeras idas e vindas de trens cargueiros, na linha-tronco de bitola com 1,60m de largura. O vigoroso e imprescindível som de buzinas, provenientes de locomotivas, e o inevitável congestionamento criado junto a passagens de nível, causado pela lentidão e dimensão dos comboios, são as principais marcas identitárias legadas pelo transporte ferroviário que ainda recorta o Município de Hortolândia. Outra característica sociocultural a ser citada é o costume de pessoas manterem a imprudência de caminharem livremente pelas linhas férreas, pela simples vontade de encurtar distâncias entre alguns pontos urbanos, assim como com seus veículos automotivos atravessarem apressadamente passagens de nível – costume este que sazonalmente provoca acidentes trágicos e fatais, e que ainda marcam a memória ferroviária local/regional, desde há muito.

Boas lembranças da “Estação Jacuba/Hortolândia” e do velho e exemplar sistema ferroviário para o transporte de passageiros e de cargas, contudo, ainda são marcantes na memória de muitos municípios antigos – lembranças, aliás, mais marcantes que fatalida-



des e frustrações por sua desativação. E no sentido de recuperar memórias históricas e afetivas, o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” propõe denominar sua “nova” Sede Museal apenas como “Estação Jacuba” – e o apoio da população munícipe e regional certamente será determinante para a consolidação desta “antiga/nova” denominação, assim como para o bom funcionamento de suas novas atribuições.

Por fim, espera-se que a apresentação de alguns dados legais, técnicos, históricos e socioculturais possa revelar o esforço das segundas gestões públicas em tornar este Patrimônio Cultural Municipal algo plenamente integrado às comunidades locais e regionais. Espera-se também que a “Estação Jacuba” se consolide, o quanto antes, enquanto Patrimônio Cultural Municipal entendido e vivido como lugar de memória e identidade; ou mesmo, de início e simplesmente, um ambiente sugestivo e agradável para o entretenimento do público visitante, ainda que ao som de vociferantes buzinas.

## O Pirãozinho “Jacuba”

### Tradicional Prato Típico Caipira e Brasileiro, e suas relações com Hortolândia e sua Gente

#### De onde veio o nome Jacuba?

É um vocábulo de origem incerta, conforme apontam dicionaristas contemporâneos e mesmo alguns pregressos – o que de certa forma é mais coerente assim afirmar do que se equivocar, baseando-se em relatos de viajantes ou descrições etnográficas sem qualquer aferição. Tais relatos e descrições geraram o senso comum de que jacuba é um vocábulo de origem tupi-guarani, apesar de que, para pesquisadores consagrados como Luís da Câmara Cascudo, este seja talvez africano, senão etimologicamente, ao menos quanto ao preparo do prato (hipótese esta bem improvável, para estudiosos de hoje). A jacuba tradicional não poderia ser y’acub, “água quente”, como indica a toponímia publicada pelo IBGE, ao se referir a municípios como Hortolândia e ao próprio Distrito de Jacuba, em Iacanga, pois o prato era servido frio, tido como refrescante. Talvez pudesse ser uma variação de jecuacuba ou yêcuácúb, que significa “jejum”, pois este era um prato ou bebida de desjejum.

#### Em que época e como o prato era preparado, e para que servia seu consumo?

Jacuba é um pirão ou bebida muito consumida no país, desde o período colonial até meados do século XX. Os ingredientes básicos para o preparo da jacuba tradicional eram água fresca; farinha de milho ou de mandioca; rapadura, mel ou açúcar mascavo (raramente branco), na proporção suficiente para se obter a textura de um pirão bem ralo, pois esta era para ser bebida. Ao final, a papa restante à cuja era mastigada. Em horários de calor, era servida como bebida refrescante, tendo a água para seu preparo tomada diretamente de fontes, riachos e cisternas, ou sabiamente conservada em cabaças. Como alimento caseiro e tropeiro, apesar de “frugal”, de leve digestão, era servido como “empanzinante”, como dizia Cornélio Pires, que quer dizer “empanturrante”, porque esta era eficiente arrefecedora da fome. Era também preparada como bebida ou alimento

pré-almoço e pré-jantar, em época que a população rural e a gente de tropas iniciavam seus dias ainda à madrugada, de modo a se recolherem antes que se chegasse ao final do entardecer. Além disto, por ser de fácil digestão, a jacuba era recomendada como “papinha de enfermo”. Muita gente que residia em casa-grande e senzalas e casebres caipiras, ou mesmo em cidades, à época que o país tinha 90% de sua população habitando em zona rural, consumiu muita jacuba para se livrar de viroses e outros males.

Se as origens etimológicas são incertas, os modos de preparo da jacuba, contudo, são muito simples e consolidados (ainda mais porque não dependem do fogo, exceto para a prévia torrefação do milho ou mandioca, durante o processo de fabricação da farinha), de modo que, em relatos de viajantes europeus em terras brasileiras, a inícios do século XIX, como Auguste Saint-Hillaire e Louis D’Allincourt, demonstrem-se inclusive a existência de um prato, bebida ou alimento, tipicamente brasileiro, senão latino-americano. Tal caráter comum às jacubas preparadas Brasil afora, não excluíam ou excluem a possibilidade de haver certas variações quanto aos ingredientes e modo de preparo, ou mesmo esta se tornar sinônimo de outras referências alimentícias, culinárias.

No centro-sul brasileiro, a jacuba tem definições que compreendem desde o uso básico dos ingredientes acima referidos, até o do incremento de outros, como o leite ao invés da água, ou a cachaça em substituição à rapadura, mel, ou açúcar, ou simplesmente para tornar o pirão um aperitivo levemente alcoólico. Jacuba também poderia ser sinônima de qualquer bebida ou refresco, até mesmo àquela que se pode chamar de “água de beber”. No Nordeste, em Pernambuco, sua variante é denominada “gonguinha”. A região amazônica, onde se encontra aquela mais próxima da herança propriamente ameríndia, denominada “chibé” ou “sebereba” – ou “tiquira”, no Maranhão – a farinha de mandioca é deitada em água até que se complete um processo de fermentação, tornando a mistura, pois, uma bebida ou pirão levemente ácido – e sem a adição de ingrediente adoçante. O termo tiquira hoje é sinônimo de aguardente ou cachaça de mandioca, distanciando-se, pois, do que se reconhece por jacuba.

Seria, entretanto, arriscado insistir na tese de que a jacuba era um pirão ou bebida cuja finalidade seria a de ser cotidianamente consumida como aperitivo alcoólico, pois estudiosos da cultura e da alimentação brasileiras, como os citados Cornélio Pires e Câmara Cascudo, a jacuba apesar de “frugal”, porém “empanzinante”, era alimento que dava sustância à população rural; não apenas ao roceiro e ao tropeiro, mas às crianças, mulheres, idosos residentes em bairros rurais. Além disto, o paulista caboclo ou mameluco, habitante de bairro rural – o verdadeiro caipira –, ou o tropeiro que rodeava todo o centro-sul brasileiro, não eram tão afeitos à cachaça quanto



se pode imaginar, pois esta gente era muito pobre e o produto não era barato para o nacional; de modo que caipiras e tropeiros, de fato, apreciavam mesmo era uma boa água fresca que acompanhava suas refeições. Por isto é folclórica – no sentido mais pejorativo – associar levemente a jacuba ao bojo dos aperitivos alcoólicos. Tal associação apenas corrobora com a imagem preconceituosa do caipira tradicional como indivíduo ocioso, indisciplinado e ignorante. Aliás, quem gosta verdadeiramente de cachaça, bebe-a pura mesmo – seja hoje, cem, duzentos ou trezentos anos atrás.

## Porque o consumo da jacuba caiu em desuso?

A jacuba tradicional caiu em desuso devido ao avanço dos bens de consumo alimentícios, de origem industrial, chegar com maior facilidade à população rural, cada vez menor, das regiões diversas macrorregiões brasileiras. Elevação do poder aquisitivo (ainda que miserável) das famílias rurais; substituição dos meios de transporte movidos por tração animal por tração automotiva; presença de equipamentos eletrodomésticos e de entretenimento adquiridos por estas famílias; produtos alimentícios básicos oferecidos a preços até então inacessíveis; exploração da imagem destes produtos em jornais, revistas, rádios, televisores e computadores, são alguns dos motivos para o desuso do consumo do mais simples e típico prato brasileiro: a jacuba.

Isto não quer dizer algumas de suas variações tenham entrado em desuso. O chibé ainda é muito consumido em toda a Região Norte, seja pela população urbana, rural e ribeirinha. Quanto menor o poder aquisitivo das famílias brasileiras, maior a possibilidade destas alimentarem – não tão somente por fome, mas por tradição – seus filhos com a jacuba, o chibé, a gonguinha.

Em Minas Gerais ainda é muito comum o consumo de pirão doce preparado com leite, farinha de milho e açúcar. Com a chegada da geladeira às casas mineiras, o famoso “leite com farinha” se tornou ainda mais apreciado – o que não indica uma modernização do prato, mas uma adaptação deste à modernidade.

## Hoje o prato ganhou versões mais modernas?

O consumo de pirões no Brasil é uma prática herdada da população ameríndia, tendo como maior referência o chibé, que em seu modo de preparo não leva adoçante algum. Com a chegada dos explora-

dores e colonizadores portugueses, foram elaboradas variações dos pirões ameríndios, a partir da adição de ingredientes adoçantes, uma vez que os portugueses são reconhecidos como dos povos mais apreciadores de açúcar no mundo. Daí veio a jacuba e outros pirões doces, sejam estes preparados com mel, rapadura, cachaça, etc. A experiência em substituir a água fresca por leite vem desde o início da produção pecuária no país, a partir do século XVII. O advento do domínio do homem sobre a eletricidade, e o impulso tecnológico decorrente deste, verificados ao longo dos últimos 150 anos, proporcionaram maior variação deste prato tão simples, versátil e barato. Versões industrializadas de pirões, ou de quaisquer pratos tidos como tradicionais, podem ser entendidos como adaptações destes aos sentidos de modernidade iminentes à vida, porque esta subjugada ao perpétuo progresso como qualquer aspecto do cotidiano.

Caso semelhante, porque em essência não deixa de ser um pirão, é o do açaí – fruta “bacácea” (que contém caroço) de cor roxa, extraída de palmeira homônima, originária da Amazônia ocidental, tão consumido em padarias e lanchonetes, à beira mar, em academias de fitness, etc., de todo o mundo. No Amazonas e no Pará, o pirão é consumido sem tempero algum ou com pouco sal, misturada à farinha de mandioca, às vezes temperada com mais outros ingredientes. No centro-sul brasileiro, ao contrário, o pirão de açaí é consumido gelado (por isto que adquire consistência massuda), adoçado, e misturado a frutas exóticas e produtos industriais, como morango, kiwi, cereja em calda, chantilly, etc., como se fosse um sorvete. Outro caso é o do consumo de cereais industrializados (Sucrilhos, Corn Flakes, etc.), adicionados ao leite fresco ou gelado, por vezes, com açúcar e frutas.

Outro detalhe: muita gente não sabe que, de fato, mantém o hábito brasileiro de consumir pirão – talvez por associarem este termo ou vocábulo a outros pratos mais “radicais”, como o “pirão de cabeça de peixe moída”, dentre outros. Não há como negar quão intrínsecas são as relações entre tradição e modernidade, presentes à mesa brasileira. Cite-se, por exemplo, este caso relatado, entre “a jacuba de ontem” e o “Sucrilhos de hoje” consumido durante o café da manhã...

## Qual a ligação de Hortolândia com o nome Jacuba?

O Município de Hortolândia foi constituído em terreno cuja maior porção fora denominada e conhecida por Jacuba, a partir da segunda metade do século XIX. A localidade era um bairro rural, pouco



povoado, do município de Campinas, e que pertenceu ao Distrito de Rebouças (atual Município de Sumaré), entre 1909 e 1953. A origem do antigo topônimo se deve à possível serventia da localidade como paragem e pouso de tropeiros, que faziam o percurso entre Sorocaba, Itu, Piracicaba, Monte Mor, Rebouças, antes que estes chegassem a Campinas, sendo por sua vez acolhidos por fazendeiros e sitiantes solícitos: um local para descansarem, encherem a pança, ou simplesmente para se refrescarem.

Mesmo com a inauguração da estação campineira da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, e de sua extensão a oeste a até (São João do) Rio Claro, em 1875, o bairro Jacuba continuaria sendo, por décadas, local de pouso e paragem de tropas; pois apenas em 1917 fora inaugurada a estação ferroviária às margens do ribeirão de igual toponímia. Em 1953, de modo paralelo à elevação de Sumaré a Município, e por meio do requerimento da população de Jacuba pela elevação do povoado a distrito de Campinas com a denominação “Ortolândia”, apresentado pelo então deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa (vide Processo nº2235-53), junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) – época esta que não se via mais, com tanta frequência, tropeiros por toda a região –, a localidade passou a se chamar “Hortolândia” (por decisão da Comissão Administrativa, Territorial e Judiciária da ALESP), possivelmente em razão da necessidade de adequação ao decreto-Lei Federal nº 311/1938, que exigia, no art. 10, que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação”; pois já havia um Distrito de Jacuba mais antigo, vinculado ao Município de Jacanga, Estado de São Paulo. O planejado topônimo “Ortolândia” talvez fosse uma homenagem a um empreendedor industrial e imobiliário campineiro, atuante em Jacuba, chamado João Ortolan; ao passo que, na tradição oral local, o topônimo “Hortolândia” talvez fizesse referência ao horto florestal pertencente à antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, à divisa entre o distrito-sede de Sumaré (que recebeu este nome em 1945) e o bairro rural de Jacuba, ou mesmo que fosse um erro de escrita ocorrido durante o processo de análise do referido Processo 2235-53, que trata da elevação do povoado em Distrito e da alteração de topônimo.

Possivelmente, já estava em andamento o desuso do consumo da jacuba quando a localidade passara a ser denominada “Hortolândia”, exceto por aquelas famílias migrantes cabalmente desfavorecidas socioeconomicamente, e que na localidade vieram construir seu novo lar; de modo que este pirãozinho, muitas vezes, era o único alimento possível de ser preparado para saciar as necessidades da prole. Em Hortolândia, há muita gente que sabe preparar o prato, mas é certo que seu consumo, ao modo tradicional, está em inteiro

desuso, dado a variedade alimentar presente à mesa brasileira, nos dias de hoje, com alto uso de produtos industrializados. Não há que se lamentar: acontece.

É interessante que, em Hortolândia, município emancipado desde 1991, é percebido, ainda, certa vontade de se reapropriar dos sentidos de memória e identidade emanados do antigo topônimo e das significações do vocábulo “jacuba”; pois destes se encontram subsídios para compreender não somente qual a importância da própria localidade durante um passado relativamente recente, porque inserida em uma grande malha “tropeira” que entrecortava todo o centro-sul brasileiro; mas, principalmente, compreender as dimensões de memória e identidade referentes às culturas caipira e migrante que formam os sentimentos de pertencimento e de afeto da população munícipe sobre si mesma – sentimentos estes em permanente construção.

## Algumas Referências Bibliográficas Fontes Primárias

- CÂMARA CASCUDO, Luís. da História da Alimentação no Brasil – Volume 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- D’ALINCOURT, Luís. Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. [1875]
- PIRES, Cornélio. Conversas ao Pé do Fogo: Páginas Regionais. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3ªed., 1927.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes – Première Partie. Paris: Grimbart et Dorez Libraires, 1830.



## Exposições Permanentes e outros Equipamentos



### Disposição das Exposições Permanentes segundo seus Setores e seus respectivos os fluxos de visitação

**PAINÉIS EXPOGRÁFICOS "HISTÓRICO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO E SOCIOCULTURAL DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA"**

Reunião de conteúdo informativo e iconográfico que remete ao Histórico Político-Administrativo e Sociocultural do Município de Hortolândia, elaborado à luz de documentação arquivística e da colaboração de indivíduos, famílias e comunidades detentoras da tradição oral que sustenta a memória coletiva acerca da localidade.

**MEMORIAL "PROFESSOR LEOVIGILDO DUARTE JUNIOR"**

Exposição de objetos biográficos e familiares, fotografias, anotações pessoais e livros publicados/produzidos sob coordenação do Professor Leovigildo Duarte Junior, nosso Patrono.

**MEMORIAL "ESTAÇÃO JACUBA"**

Exposição de peças ferroviárias, fotografias, mapas e outros documentos que remetem ao histórico da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (e de sua sucessora, FEPASA), assim como da própria "Estação Jacuba" (Patrimônio Cultural tombado pelo Decreto Municipal nº 1.150/2003).



**SALA DOS SÍMBOLOS OFICIAIS DE HORTOLÂNDIA**

Espaço destinado à apresentação dos Símbolos Oficiais que representam a municipalidade de Hortolândia, Estado de São Paulo: Bandeira e Brasão Municipais, e Hino Municipal (com letra e partitura).



**LABORATÓRIO CARTOGRÁFICO E FOTOGRÁFICO DIGITAL**

Espaço destinado à consulta digital de mapas e fotografias digitalizadas, dispostas em totens interativos que facilitam seu manuseio.

**TERMINAIS DE CONSULTA**

Computadores com acesso ao Acervo Digital gerido pelo Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", e com livre acesso à Internet.



**BIBLIOTECA DE REFERÊNCIA**

Acervo bibliotecário de obras raras e especializadas em História Local/Regional, Memória Ferroviária, Museologia, História Oral, Patrimônio Cultural e Políticas Culturais e Produção Cultural, e temas correlatos a estas searas de Ciências Humanas. Acervo disponível somente à consulta presencial.

**SALA MULTIUSO**

Espaço interdisciplinar que recebe exposições e atividades museais e socioculturais temporárias. Atualmente, abriga a Exposição "Notícias Daqui: Nossa Terra na Grande Imprensa da Capital", com duração de 1 ano.



**MEMORIAL DE FAMÍLIAS**

Exposição elaborada a partir de fotografias, produção audiovisual, e de peças rústicas/raras pertencentes a antigos moradores remanescentes dos bairros rurais de Terra Preta e Jacuba, e de outros instalados após a criação do Distrito de Hortolândia.

**MEMORIAIS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Relação onomástica e cronológica dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que representaram a população local junto aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, desde sua Emancipação Política-Administrativa até o presente momento.

**LABORATÓRIO DE VIDEO-HISTÓRIA**

Espaço destinado a estudos, pesquisas e produções documentais fundamentadas em procedimentos em história oral e vídeo-história. Estúdio adequado à realização de entrevistas e relatos autobiográficos mediante a gravação e arquivamento de registros sonoros e audiovisuais.



## Sugestão de Sites de Consulta a Catálogos e Acervos Documentais Digitalizados

Seguem alguns sites interessantes para consulta a acervos documentais digitalizados, nacionais e internacionais, de conteúdo escrito, iconográfico, sonoro e audiovisual. Espera-se que, não somente a partir da visitação da Exposição Hemerotecária "Notícias

Daqui: Nossa Terra na Grande Imprensa da Capital", mas também a partir do acesso a estes e outros sites, seja gerado um estímulo à busca de um conhecimento histórico e sociocultural facilitado pelas inovações tecnológicas suscitadas nos tempos atuais.

- *Acervo e Catálogo Digitalizados – Arquivo Público do Estado de São Paulo*  
[arquivoestado.sp.gov.br/acervo\\_digitalizado.php](http://arquivoestado.sp.gov.br/acervo_digitalizado.php)
- *Acervo e Catálogo Digitais – Arquivo Nacional/Ministério da Justiça*  
[arquivonacional.gov.br](http://arquivonacional.gov.br)
- *Acervo e Catálogo Digitais – Associação Pró-Memória de Sumaré-SP*  
[promemoriasumare.com.br](http://promemoriasumare.com.br)
- *Acervo e Catálogo Digitais – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – IPHAN-RJ*  
[cnfcp.gov.br](http://cnfcp.gov.br)
- *Acervo Digital Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – Universidade de São Paulo*  
[bbm.usp.br](http://bbm.usp.br)
- *Acervo Digital – Câmara Municipal de Hortolândia-SP*  
[cmh.sp.gov.br](http://cmh.sp.gov.br)
- *Acervo Digital – Câmara Municipal de Sumaré-SP*  
[camarasumare.sp.gov.br](http://camarasumare.sp.gov.br)
- *Acervo Digital Estadão – Grupo Estado*  
[acervo.estadao.com.br](http://acervo.estadao.com.br)
- *Acervo Digital Folha – Grupo Folha da Manhã*  
[acervo.folha.com.br](http://acervo.folha.com.br)
- *Acervo Digital IMS – Instituto Moreira Salles*  
[ims.com.br](http://ims.com.br)
- *Acervo Domínio Público – Ministério da Educação*  
[dominiopublico.gov.br](http://dominiopublico.gov.br)
- *Acervo Digital Revista Veja – Grupo Abril*  
[veja.abril.com.br/acervodigital](http://veja.abril.com.br/acervodigital)
- *Acervo Open Library – California State Library/Kahle-Austin Foundation*  
[openlibrary.org](http://openlibrary.org)
- *Banco de Imagens do Estado de São Paulo – FCVB-SP/SETUR-SP*  
[fcbv-sp.org.br/bancodeimagens](http://fcbv-sp.org.br/bancodeimagens)
- *Coleção Obras Raras e Especiais – Biblioteca Municipal Mário de Andrade – São Paulo-SP*  
[docvirt.no-ip.com/demo/bma/bma.htm](http://docvirt.no-ip.com/demo/bma/bma.htm)
- *Digital Collections – Library of Congress/USA (Biblioteca do Congresso/EUA)*  
[loc.gov/library/libarch-digital.html](http://loc.gov/library/libarch-digital.html)
- *Midioteca – Museu da Pessoa/São Paulo-SP*  
[museudapessoa.net](http://museudapessoa.net)
- *Projeto Biblioteca de São Paulo – Secretaria de Estado da Educação-SP*  
[bibliotecadesaopaulo.org.br/acervo-digital](http://bibliotecadesaopaulo.org.br/acervo-digital)
- *Projeto Memória/Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional*  
[memoria.bn.br;hemerotecadigitalbrasileira.bn.br](http://memoria.bn.br;hemerotecadigitalbrasileira.bn.br)
- *Projeto Biblioteca Nacional Digital – Fundação Biblioteca Nacional*  
[bndigital.bn.br](http://bndigital.bn.br)
- *Projeto Biblioteca Mundial Digital – UNESCO*  
[wdl.org](http://wdl.org)



## Referências Bibliográficas

Segue abaixo sugestão de Referências Bibliográficas para Pesquisas sobre "Hortolândia e sua Gente" (e sobre outros temas Historiográficos, Museais, e Socioculturais correlatos):

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2001.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da Terra: Família e Sistema Sucessório entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Polo Industrial Paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- BRASIL. *As Metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília/São Paulo: Ministério da Cultura/Instituto Via Pública, 2012.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas – Volume 18*. Campinas: Saraiva, 1963.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A (Orgs.). *A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, Economia, Finanças, e Meio Ambiente – 2 Volumes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *DUARTE JUNIOR, Leovigildo. Sesmeiros e Posseiros na Formação Histórica e Econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas Origens ao Século XVIII*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. *Dissertação de Mestrado*.
- \_\_\_\_\_. *Hortolândia Município: A Preparação (Volume 1)*. Hortolândia, 1994. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Hortolândia Município: A Campanha (Volume 2)*. Hortolândia, 1994. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Hortolândia Município: A Votação – (Volume 3)*. Hortolândia, 1994. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Cartilha da Emancipação: História de Hortolândia*. Hortolândia, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Hortolândia Município: Subsídios para a História*. Hortolândia, 1992. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Acertos e Descertos: Preparando a Campanha” (Volume 1)*. Sumaré, 1990. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Dada a Larga, a Campanha Pega Fogo” (Volume 2)*. Sumaré, 1990. *Hemeroteca*.
- \_\_\_\_\_. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Na Reta Final, do Tudo Vale à Posse” (Volume 3)*. Sumaré, 1990. *Hemeroteca*.
- DUARTE JUNIOR, Leovigildo (Dir.); PEDRONI, Ulisses; ARAÚJO (Pesq. Hist.), Benedito de Assis (Pesq. Estat.). *Sumaré – Edição Histórica*. São Paulo: Focus, 1975.
- DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Sumaré – Aspectos: Econômicos, Políticos, Sociais*. Sumaré: Colégio Comercial Municipal “Dr. Leandro Franceschini”, 1972.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: IEB/USP, 1969.
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistas*. São Paulo: Revista do Brasil, 1921.
- HAYDEN, Dolores. *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge: IT Press, 1997.
- KAMMEN, Carol. *On Doing Local History*. Walnut Creek: Altmira, 2003.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e os Antros – Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os Excluídos: Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-2930)*. São Paulo: Edusp, 2002.
- LOPES, Gustavo Esteves; HORTOLÂNDIA. *Memória em Construção: Hortolândia e sua Gente em Narrativas e Imagens*. Hortolândia: Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”, 2014. (No Prelo)
- \_\_\_\_\_. *Presença da História Pública em Comunidades Locais: Políticas Culturais e Exercício de Cidadania no Contexto de Repertórios de Ação Coletiva – A Experiência Recente do Centro de Memória de Hortolândia*. In: RESGATE – Revista de Cultura do Centro de Memória da Unicamp, Campinas, Vol. XXI, nos 25/26 – Jan./Dez. 2013, pp. 39-48.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 5ª edição, 1990.
- MALAQUIAS, Nazário Eugênio. *Nossa Terra, Nossa Gente – Monte Mor, SP, Brasil*. Itu: NossaGraf, 2009.
- MORAIS, Hermenérico; SANTOS, Luís Henrique dos. *IASP: 60 Anos Transformando Vidas*. São Paulo: Multicomm, 2009.
- MOURA, Denise Aparecida. *Soares. Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1998.
- PASCHOAL, Aparecido. *Hortolândia Sempre*. Uberlândia: Edilivro, 2012.
- PEREZ, Filemon. *Album Ilustrado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. São Paulo: S/E, 1918.
- PUPO, Celso Maria Melo. *Campinas, Município do Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Campinas, Seu Berço e Juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1968.



QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas: Dinâmica das Relações Sociais Bairro Rural-Cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RODRIGUES, Josemil. Sumaré por Inteiro: Os Primeiros Passos da Integração da Cidade Orquídea. São Paulo: Komed, 2004.

SABER, Aziz Nacib Ab'. Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SOARES NETO (Coord.). Sumaré: Monografia Histórico-Estatística. Sumaré: S/E, 1966.

SOUSA JÚNIOR, Teodoro (et alli). Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE/Serviços Gráficos, 1952.

TOLEDO, Francisco Antonio de. Migração em Sumaré: O Tempo e o Espaço do Migrante. Guararema: Anadarco, 2009.

\_\_\_\_\_. Sumaré - Outras Histórias. Campinas: IDB, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma História de Sumaré: Da Sesmaria à Indústria. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995.

XAVIER, Regina Célia Lima. A Conquista da Liberdade: Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no Século XXI; in: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta (Org.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2001.



## Catálogo de Exposições Permanentes



PREFEITURA DE  
**HORTOLÂNDIA**  
JUNTOS AVANÇAMOS

SECRETARIA DE CULTURA